

Pequena História da República



Nas últimas décadas do século XIX sentia-se, por todo o País, o **descontentamento da população**. A maioria do povo português continuava a **viver com grandes dificuldades**.

Quem já antes era pobre - operários, agricultores e outros trabalhadores rurais - estava cada vez mais pobre, e só quem já era muito rico conseguia viver abastadamente. Para pagar as obras públicas, o governo contraía dívidas sucessivas, aumentava os impostos, e o custo de vida subia. Esta situação provocava **grande agitação e mal-estar**.

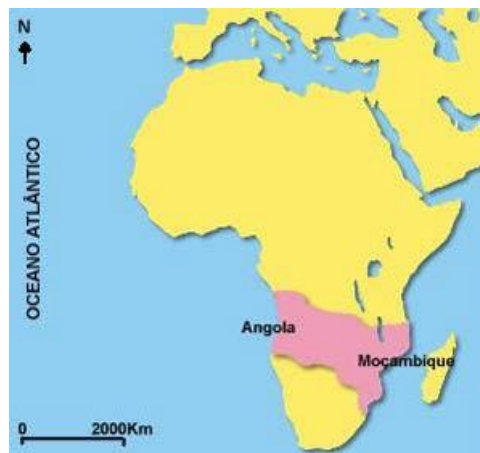
Os sucessivos governos da monarquia liberal mostravam-se incapazes de melhorar as condições de vida da população e, em **1876**, formou-se um novo partido, chamado "**partido republicano**", que propunha substituir a Monarquia pela República. O pessimismo e o derrotismo, instalados na sociedade portuguesa, agravaram-se com a submissão dos interesses portugueses aos interesses ingleses, de que o ultimato inglês foi o maior exemplo.

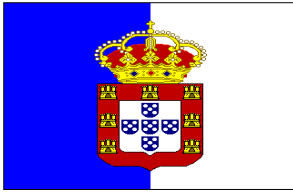
Na Europa, crescia o interesse pelos territórios em África, fonte de matérias-primas para a indústria: algodão, café, ouro, diamantes. Os países mais industrializados (Grã-Bretanha, França, Alemanha) procuravam também assegurar a posse de vários territórios em África. Em 1884-1885, esses países reuniram-se na **Conferência de Berlim** e decidiram que os territórios africanos seriam dos países que os ocupavam efectivamente, e não dos que os haviam descoberto.

Portugal, à imagem das grandes potências europeias, organizou viagens de exploração em África, com o objectivo de dominar as terras compreendidas entre Angola e Moçambique. Em 1886, Portugal apresentou, criado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, um mapa (mapa cor-de-rosa), onde constavam os territórios a que se julgava com direitos. O resultado foi o ultimato britânico de 11 de Janeiro de 1890 exigindo que os portugueses abandonassem esses territórios, sob pena de declaração de guerra. Isolado, Portugal protestou mas seguiu-se a inevitável

cedência e recuo. O rei D. Carlos e o governo aceitaram a exigência britânica, deixando o país numa posição humilhante. E assim acabou o "mapa cor-de-rosa", mas não sem que antes tivesse deixado um legado de humilhação nacional e frustração. O Partido Republicano Português acusou o rei D. Carlos e o Governo de terem traído os interesses dos Portugueses em África. Fruto desta situação, as hostilidades contra o regime monárquico e a propaganda das ideias republicanas nos jornais e revistas foram crescendo.

Os republicanos achavam que à **frente do País não devia estar um rei**, o qual nem sempre tinha as capacidades necessárias para o cargo, **mas sim um presidente eleito pelos Portugueses** e que governasse durante um tempo limitado. Consideravam, portanto, que a forma de governo do País tinha de ser alterada. A monarquia devia ser substituída por uma **república**.





Monarquia

- O chefe de Estado é o rei.
- O rei herda o trono.
- Governa até à morte.



República

- O chefe de Estado é o presidente.
- O presidente é eleito pelos cidadãos
- A duração do mandato presidencial é limitada por lei.

Em **31 de Janeiro de 1891** deu-se, no Porto, a **primeira revolta armada contra a monarquia**.

A revolta teve apoio de alguns militares e de muitos populares.

Porém, as forças da ordem, fiéis à monarquia, venceram os revoltosos. O número de mortos foi grande.

A agitação política e as manifestações populares contra a monarquia não terminaram. Aumentaram ainda mais quando o rei D. Carlos entrega a chefia do governo a João Franco, do partido Regenerador (Maio de 1906) que, em Maio de 1907, encerra o Parlamento e instaura uma forte ditadura, provocando forte oposição de republicanos e dos restantes partidos monárquicos.



No dia **1 de Fevereiro de 1908**, no Terreiro do Paço, dá-se um **atentado** contra a família real. **São mortos o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro, D. Luís Filipe I (Regicídio)**.

Com a morte de D. Carlos e do príncipe herdeiro, foi aclamado rei **D. Manuel II**, que tinha apenas 18 anos. O novo rei formou um novo governo com todos os partidos monárquicos e demitiu João Franco. A brandura do rei, o avolumar de escândalos políticos e a incapacidade para resolver os graves problemas que Portugal atravessava, impeliram os republicanos a lutar contra a monarquia em Portugal.



A **revolução republicana** iniciou-se em **Lisboa** na madrugada do dia 4 de Outubro de **1910**, seguindo um plano estabelecido por Machado dos Santos. Foi a **primeira grande revolução portuguesa do século XX**.

Partiu de pequenos grupos de conspiradores a que a população aderiu - membros do exército e da marinha (oficiais e sargentos), representantes da classe média, operariado e grande número de populares armados. Apesar de alguma resistência e alguns confrontos militares, o exército fiel à monarquia não conseguiu organizar-se de modo a derrotar os revoltosos. A **revolução saiu vitoriosa**. **Partido Republicano, Maçonaria** (sociedade inspirada na filosofia das Luzes que defendia a liberdade e a fraternidade) e **Carbonária** (sociedade secreta que apoiava a luta armada contra a monarquia) foram os movimentos incitadores desta revolução.



Na manhã de **5 de Outubro de 1910**, José Relvas e outros membros do Directório do Partido Republicano Português, à varanda da Câmara Municipal de Lisboa e perante milhares de pessoas, **proclamaram a República**.

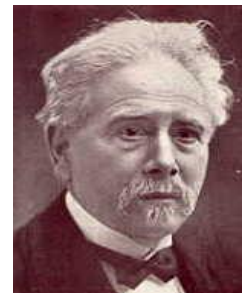


Nesse mesmo dia, o rei D. Manuel II e a família real embarcaram na praia da Ericeira, rumo ao exílio na Inglaterra.

Assim **terminou a Monarquia** em Portugal

O Governo da República

Os republicanos, uma vez no poder, nomearam um **Governo Provisório**, chefiado por **Teófilo Braga**, para dirigir o País, enquanto não fosse aprovada a nova Constituição republicana e eleito o primeiro Presidente da República.



Para criar rapidamente na população a **consciência da mudança** e o espírito do regime republicano, foram aprovados os **símbolos da República Portuguesa**:

- O **Hino Nacional** passou a ser "**A Portuguesa**" (que já era cantada pelos republicanos antes de 1910 e surgiu na sequência do ultimato).
- Adoptou-se a **bandeira vermelha e verde** (que substituiu a azul e branca da Monarquia).

Outras medidas tomadas foram a substituição do **real** pelo **escudo** e o estabelecimento da igualdade entre filhos legítimos e ilegítimos.

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória
Ó Pátria, sente-se a voz
Dos teus egrégios avós,
Que há-de levar-te à vitória.

Às armas, às armas,
Sobre a terra e sobre o mar!
Às armas, às armas,
Pela Pátria, lutar!
Contra os canhões
Marchar, marchar!

O hino e a bandeira nacionais.

"A Portuguesa" – letra de Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil

Em 28 de Maio de 1911, durante a **vigência do Governo Provisório**, realizaram-se eleições para a formação da Assembleia Constituinte, com o objectivo de fazer uma **nova Constituição**. A **1ª Constituição Republicana** foi aprovada em 19 de Agosto e ficou conhecida pelo nome de **Constituição de 1911**.

Segundo a Constituição republicana:

- Todos são iguais perante a lei;
- A expressão do pensamento é livre;
- Separação dos poderes: legislativo, executivo e judicial.

A Constituição de 1911 determinava que o **Parlamento** era formado pelos deputados eleitos pela população que podia votar.

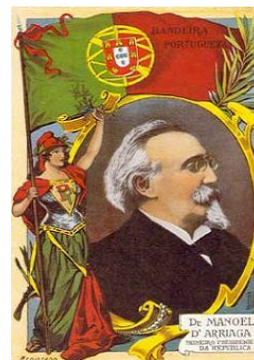
Só podiam votar os Portugueses com **mais de 21 anos**, que **soubessem ler e escrever** ou fossem **chefes de família**. De 3 em 3 anos, faziam-se novas eleições para o Parlamento.



Competia ao Parlamento, para além de fazer leis, eleger e demitir o Presidente da República. O **Presidente da República** só depois de tomar posse do cargo podia nomear o seu **Governo** (conjunto de ministros) de acordo com o partido que tivesse maior número de deputados no Parlamento.

Por tudo isto, podemos concluir que, na Constituição de 1911, o **Parlamento** era o **órgão de soberania mais importante**.

Em 24 de Agosto de 1911, o Parlamento elegeu para **primeiro Presidente da República**, o **Dr. Manuel de Arriaga**.



As principais medidas tomadas pela República

Os republicanos sempre acreditaram na força e na importância da educação. Assim, durante a **1ª República**, os governos republicanos fizeram importantes **reformas no ensino**:

- Criaram o **ensino infantil** para crianças dos 4 aos 7 anos;
- Tornaram o **ensino primário obrigatório e gratuito** entre os 7 e os 10 anos;
- Criaram **novas escolas do ensino primário e técnico** (agrícolas, comerciais e industriais);
- Fundaram "**escolas normais**" destinadas a formar professores primários;
- Criaram as **Universidades de Lisboa e Porto** (ficando o país com três universidades: Lisboa, Porto e Coimbra);
- Concederam maior número de "**bolsas de estudo**" a alunos necessitados e passaram a existir escolas "móveis" para o ensino de adultos.

A principal preocupação dos governos republicanos era **alfabetizar**, isto é, dar instrução primária ao maior número possível de portugueses. Mas, na prática, muitas das medidas tomadas não tiveram o resultado que se esperava, por falta de meios financeiros.

Em 1911, **70% da população portuguesa era analfabeta**. Portugal precisava de trabalhadores mais instruídos e capazes de acompanhar a evolução das técnicas e dos países mais desenvolvidos.

Além do ensino oficial, os republicanos **apoiaram as associações recreativas e culturais**. Em muitas delas existiam bibliotecas, salas de leitura infantil e organizavam-se conferências, debates e exposições.

A **liberdade de expressão** permitia que todos os temas e assuntos fossem abordados. Por isso o número de **revistas, almanaques e jornais** diários e semanários aumentou. Em 1917, por exemplo, existiam em Portugal 414 publicações deste tipo.

Os governos republicanos também tentaram responder às **reivindicações dos trabalhadores**. No sentido de diminuir as injustiças sociais e **melhorar as condições de trabalho**, publicaram algumas leis:

- Em 1910 foi decretado o **direito à " greve" e a protecção na doença e na velhice**;
- Em 1911 estabeleceu-se a obrigatoriedade de **um dia de descanso semanal**;
- Em 1919 decretou-se, para todo o território do continente e ilhas adjacentes, as **8 horas de trabalho diário** e 48 horas de trabalho semanal.

Depois de proclamada a República, surgiram inúmeras associações de trabalhadores ou **sindicatos**. Os sindicatos tinham como objectivo **defender os interesses dos seus associados**.

Em 1914 fundou-se a União Operária Nacional, que tentava unir vários sindicatos numa luta comum. E, em 1919, a União Operária Nacional foi substituída pela **Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.)**, a qual conseguiu unir a maior parte dos **sindicatos do País** e **organizar grandes greves gerais**.



Entre 1910 e 1925 houve um total de cerca de **518 greves**.

Em **1909**, foi fundada a **Liga Republicana das Mulheres Portuguesas**. Em 1910, a Liga já tinha 500 filiadas. Dirigiam-na **Ana de Castro Osório** e outras senhoras que lutavam pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Mas só muito lentamente é que as mulheres começaram a exercer determinadas profissões.

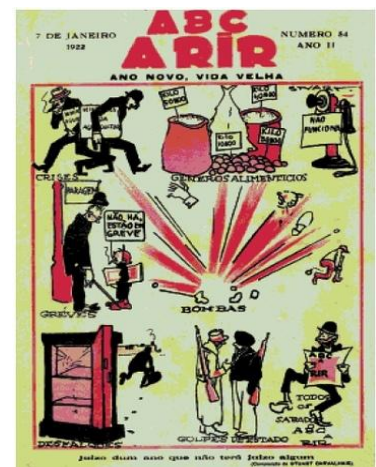
As **revistas e jornais operários** eram um elo de ligação entre os trabalhadores e tornavam mais forte o movimento sindical. Através dos jornais, **os trabalhadores informavam-se** sobre a forma de participação nos sindicatos, a convocação e data de greves e comícios, a existência de festas populares e outras manifestações do seu interesse. Com as suas reivindicações, os trabalhadores conseguiram alguns aumentos dos seus salários. Mas, entretanto, **subia o "custo de vida"**, aumentando o preço da maioria dos produtos.

A instabilidade governativa

Durante a **1ª. República**, entre 1910 e 1926, Portugal viveu um período de grande **instabilidade governativa**. O regime parlamentar, as rivalidades partidárias e a desagregação do Partido republicano, provocaram fortes desentendimentos e divergências.

Tanto o Presidente da República como o Governo, para não serem demitidos, precisavam de ter no Parlamento uma maioria de deputados que os apoiasse. Isso raramente acontecia porque os deputados ao Parlamento estavam frequentemente em desacordo.

Portugal teve, em dezasseis anos, **8 Presidentes da República** e **45 Governos**.



A maioria dos Presidentes não cumpriu os 4 anos de mandato que a Constituição estipulava. E os Governos eram substituídos constantemente, não chegando a ter tempo de concretizar medidas importantes para o desenvolvimento do País.

A **1ª Guerra Mundial** (1914-18), na qual Portugal participou, **veio agravar ainda mais a situação**. Portugal enviou para a frente de batalha o CEP – Corpo Expedicionário Português – porque entendia que, com a vitória, o país poderia sair reforçado no final da guerra. Porém, as consequências da guerra foram desastrosas - **desorganização geral, subida de preços, falta de alimentos, greves, desemprego**. Os preços dos produtos subiram enquanto que os salários não acompanhavam essa subida. A guerra aumentou as

despesas do Estado e a dívida externa, pedindo cada vez mais empréstimos ao estrangeiro. Portugal viu-se obrigado a aumentar os impostos. O agravamento das dificuldades foi significativo e nem a diminuição da taxa de analfabetismo (de 70% para 60%) impediu que fossem frequentes as greves, as revoltas, os assaltos aos armazéns de alimentos e os atentados à bomba.

O epílogo da I República

Em **1917**, as dificuldades económicas, as lutas políticas e a agitação social levam Sidónio Pais a implantar uma ditadura. Um ano depois a ditadura caía com o assassinio de **Sidónio Pais**. Seguiu-se um período agitado em que a monarquia chegou a ser implantada no norte – A monarquia do norte.



A instabilidade economia (falência bancárias, inflação, aumento de impostos e do custo de vida) e a agitação política (queda sucessiva de governos) conduz a que, em **28 de Maio de 1926**, tropas comandadas pelo general **Gomes da Costa** derrubassem o governo, substituindo a I república por uma Ditadura Militar. Foi um golpe de Estado, protagonizado sobretudo por militares e civis antiliberais.

Em consequência da marcha sobre a capital, o Governo - sob a chefia de António Maria da Silva - demitiu-se; o presidente da República, Bernardino Machado, abdicou também do seu lugar em favor do almirante José Mendes Cabeçadas, afastado por Gomes da Costa algumas semanas depois. Em Julho de 1926, Gomes da Costa foi deposto e a chefia ficou entregue aos generais. Foi na sequência deste golpe que chegou a presidente da República o general **António Óscar Carmona** e que se criaram os alicerces políticos e institucionais da ditadura que governou Portugal até aos inícios dos anos 70 e da qual Salazar foi figura preponderante.

